

Trabalho: mais proteção e preparo

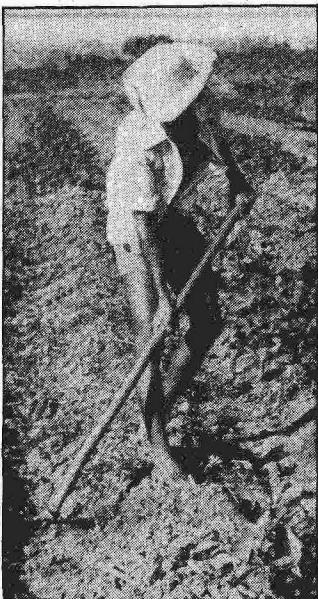
A formação de mão-de-obra tem sido uma das preocupações básicas do Ministério do Trabalho, no governo Figueiredo. Em palestra proferida na Escola Superior de Guerra em agosto último, o ministro Murillo Macedo afirmou categoricamente que é preciso cuidar do processo de formação do capital humano.

"Absolência ocorre não só com o capital físico; ocorre também com o homem. E aqui a situação é grave. No caso da máquina obsoleta, é sempre possível jogá-la fora e pôr outra no lugar. No caso do homem, ele se transforma em consumidor de remédios, de assistência médica, de alimentação de emergência", observou.

A mola-mestra da política de formação da mão-de-obra nos últimos anos no Brasil tem sido a Lei 6.297/75, que dá incentivos fiscais para investimentos por parte das empresas no setor. Através desta legislação o empregador pode investir até 10% do Imposto de Renda Retido na Fonte para programas de formação de mão-de-obra, enquanto o limite máximo para alimentação chega a 5%.

Apesar destas vantagens, os técnicos do Ministério do Trabalho têm a firme convicção de que o sistema tem sido utilizado aquém da real capacidade empresarial do País. A aplicação do imposto nesta área não tem chegado nem a 20%, número que evidencia o quanto o Brasil precisar andar na capacitação de sua força de trabalho.

A Lei 6.297/75, de qualquer forma, é responsável atualmente por 53% da formação profissional do Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra. Este desempenho tem sido considerado formidável, até mesmo porque em 1980 esta participação era de ape-



No campo, a deficiência é maior. Mas na cidade a mão-de-obra também é pouco treinada nas 31%.

O Conselho Federal de Mão-de-Obra aprovou nos 5 anos que vão de 76 a 80, 7.600 programas, abrangendo diretamente cerca de 8 milhões de participantes e totalizando custos globais da ordem de 36 bilhões de cruzeiros. Já de 81 a 83, o CFMO aprovou 6.300 projetos, para 7,1 milhões de participantes treinados, a um custo de 319 bilhões de cruzeiros.

De todas as regiões, o Sudeste historicamente tem liderado a corrida da formação de mão-de-obra, apesar de vir perdendo alguns pontos com o passar dos anos. Em 1980, por exemplo, essa região sozinha perfazia 77,8% dos participantes, mas em 83 caiu para 71,6%. O Sul e o Nordeste cresceram dois pontos neste mesmo período, enquanto o Centro-Oeste e o Norte também começaram a

avançar. O Sul saiu de 15,6%, em 1980, para 17,8% em 83.

Acompanhando o ritmo da economia e também as transformações do sistema produtivo, houve uma variação significativa na formação, em termos de setores econômicos. Em 1980, 62,8% dos participantes eram do secundário, caindo para 39,2% em 83. Em compensação o terciário disparou: de 37,1% em 80 foi para 60,1% em 83. O primário cresceu um pouco, mas ainda não conseguiu superar a casa de 1%.

O Ministério do Trabalho procurou também democratizar o acesso aos programas, a nível das empresas. Até 1980, empresas com mais de 500 empregados perfaziam mais de 60% da política de formação profissional, caindo para 37,1% em 83. As empresas com até 99 empregados ti-

veram uma participação de 36,5% e as de 100 a 499 empregados, de 26,3%.

Ultimamente o Ministério procurou voltar suas atenções para o mercado informal, representado por 60% da PEA. Para este segmento foram deslocados este ano 2 bilhões de cruzeiros, em uma primeira tentativa de trabalhar com essa área. Situação ocorreu na área rural em passado recente. Agora fomenta-se cada vez mais o Senar. De acordo com um estudo deste órgão, em 1981 perdeu-se por deficiência da qualificação da mão-de-obra cerca de 1 bilhão de cruzeiros, nas atividades rurais.

ACIDENTES

O governo Figueiredo, por meio do Ministério do Trabalho, tentou um esforço concentrado visando à diminuição dos índices de acidentes de trabalho, muito elevados no Brasil. Segundo técnicos do Ministério, o Governo adotou uma filosofia de não patrocinar o pagamento dos acidentes através de taxas de insalubridade, mas sim, de evitá-los.

Com esta preocupação conseguiu-se diminuir sensivelmente nos últimos anos o número de acidentes. Em 1978 aconteceram perto de 1 milhão e 500 mil acidentes típicos, enquanto em 1983 eles diminuíram para 943 mil. O mesmo ocorreu a nível de "doenças ocupacionais". De 5.016 casos em 78, caíram para 3.016 em 83. Em "Acidentes no Trajeto", que estão mais na alçada do próprio trabalhador, houve um incremento: pulou de 48.551 para 56.989 no mesmo período. A percentagem entre o total de acidentes e a quantidade de segurados também baixou de 8,46% em 78 para 4,45% em 83. Todos estes dados são da Fundacentro.

O Programa de Alimentação do Trabalhador foi outra das ações destinadas a melhorar a qualidade da mão-de-obra junto às empresas. Pelas estatísticas do Ministério, o PAT está atendendo atualmente cerca de 3 milhões de trabalhadores/año. O PAT/família, por sua vez, também começa a deslanchar. Foram atendidas durante o último ano 500 mil famílias.

ACIDENTES E DOENÇAS DE TRABALHADOR SEGURADO 1978 — 1983

TIPOS DE ACIDENTES	PERÍODO	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Acidentes Típicos		1.497.934	1.388.525	1.404.531	1.215.539	1.178.832	943.110
Acidentes No Trajeto		48.551	52.279	55.967	51.722	57.874	56.989
Doenças Ocupacionais		5.016	3.823	3.713	3.204	2.766	3.016
TOTAL		1.551.501	1.444.627	1.464.211	1.270.465	1.178.472	1.003.115
		1978	1979	1980	1981	1982	1983
Tipo de Segurados		18.500.000	20.322.500	23.782.216	24.448.118	20.668.220	22.562.301
Total de Acidentes		1.564.380	1.444.627	1.464.211	1.270.465	1.178.472	1.003.115
Percentagem		8,46	7,11	6,16	5,20	5,70	4,45

FONTE: FUNDACENTRO

Típicos: Ação da FUNDACENTRO

A. no Trajeto: Boia-fria sobe

Doenças Ocupacionais: Caiu - principalmente ação da FUNDACENTRO